

Documentos de Gestão Previsional

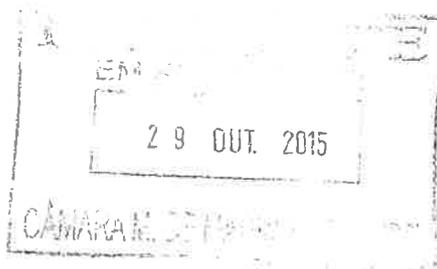
2016-2018



Ux

Índice

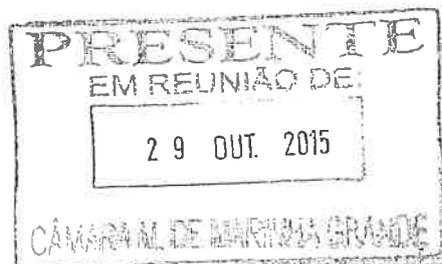
Órgãos Sociais.....	4
Apresentação.....	5
Cálculo do Contrato-Programa 2016.....	9
Instrumentos de Gestão Previsional.....	13
Pressupostos Gerais.....	14
Rendimentos.....	15
Gastos.....	18
Plano Anual e Plurianual de Investimentos – 2016 – 2018.....	23
Orçamento de Exploração Plurianual 2016-2018.....	23
Orçamento Anual de Tesouraria 2016.....	25
Balanço Previsional 2016-2018.....	26



Handwritten signature and circular stamp with number 2

**TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M.
Unipessoal, S.A.**

**Documentos de Gestão Previsional
2016 - 2018**




3

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente: Paulo Jorge Campos Vicente
Vogal: Maria de Fátima Malessio Cardoso

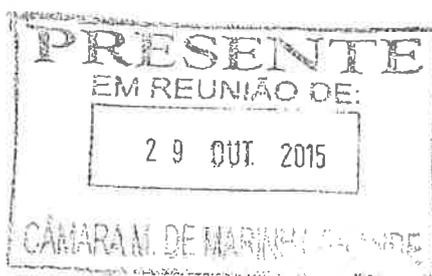
Fiscal Único

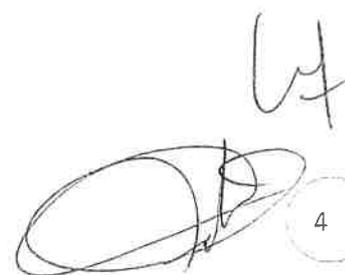
João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda.

Edifício Maper - Escritório AL
2430-527 Marinha Grande

Sede Social

Rua Pereira Crespo S/N
2430-2430 Marinha Grande
Telf.: 244 570260
Fax: 244 570261
Web: www.tumg.pt
Email: geral@tumg.pt




4

Apresentação

Em 2015 procedemos a reajustamentos nas linhas urbanas de modo a aumentar o nível de serviço, abrangendo novas localidades e novos locais de maior procura de mobilidade alternativa.

Em 2016, pretendemos prosseguir os objetivos cruciais de racionalização e eficiência, tendentes a alcançar a nossa estratégia de consolidação.

Deste modo, e por áreas de atividade da empresa, procuraremos atingir os seguintes objetivos:

Transportes Urbanos

Até 2015, o modelo de gestão dos transportes urbanos assentava na subcontratação:

- Os transportes urbanos na cidade da Marinha Grande são assegurados através de 8 autocarros + 1 que efetua as extensões + 1 de substituição.

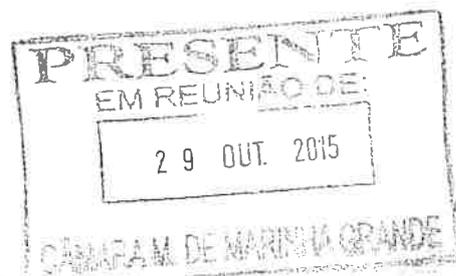
O investimento a efetuar neste segmento de atividade será o seguinte:

- Com o objetivo de alcançar uma maior autonomia operacional, é intenção da Tumg adquirir 2 autocarros novos a afetar aos transportes urbanos.
- Ao adquirir 2 autocarros novos, acrescidos dos 3 de que já é proprietária, a necessidade de subcontratação reduzir-se-á para apenas 4 autocarros + 1 de substituição.

Valor global do investimento

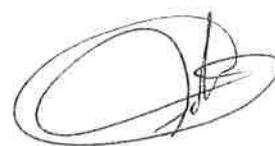
186.800,00 €:

- 2 autocarros – 159.000,00 €
- 5 máquinas de bilhética + software de backoffice – 27.800,00 €



Pressupostos

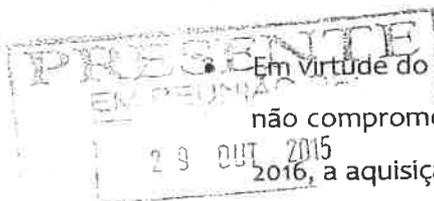
- Pagamento a p.p. dos 2 autocarros (autofinanciamento) - Não transitam no saldo no fim de 2015, logo aumentam o total de pagamentos a fornecedores diminuindo o saldo das disponibilidades.



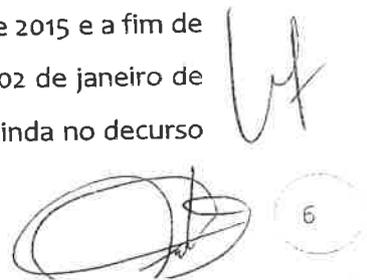
- Reconhecimento em 2015 do compromisso firme de compra do sistema de bilhética (equipamento de bordo e software de backoffice)
- O pagamento do sistema de bilhética transita no balanço à data de 31-12-2015 em dívida, e só começará a ser amortizado e pago em 2016
- As depreciações e amortizações de ambos os investimentos, não foram imputados a gastos em 2015, uma vez que só entram em funcionamento no início de 2016

Este investimento visa a alteração, a vigorar já desde o início de 2016, do modelo de gestão dos transportes urbanos na Cidade da Marinha Grande, que passa essencialmente pela autonomização progressiva quanto aos meios humanos e materiais necessários para garantir a prestação do serviço.

- No esforço de rentabilizar os meios operacionais afetos à exploração, de modo a aumentar a eficiência da atividade, iremos operar neste segmento de atividade com cerca de 44% de meios próprios
- Este investimento que visa essencialmente o incremento do segmento dos transportes urbanos, através da redução dos serviços subcontratados, terá impacto ainda no exercício de 2015, na medida em que as viaturas serão adquiridas através de autofinanciamento.
- Em 2016, este investimento terá um maior impacto, atenta a necessidade de recrutar motoristas (remunerações com o pessoal: encargos sobre remunerações e seguros de acidentes no trabalho), o conseqüente aumento dos custos operacionais (fornecimentos e serviços externos: conservação e reparação, combustíveis, seguros) e os gastos de depreciação/amortização (equipamento básico).
- Atualmente a Tumg é proprietária de 3 autocarros *minibuses* (tipologia urbana), adquiridos em 2005 em sistema de leasing, cuja última prestação será liquidada no dia 20 de novembro de 2015 e o valor residual no dia 20 de dezembro de 2015.



Em virtude do contrato em vigor terminar no dia 31 de dezembro de 2015 e a fim de não comprometer a continuidade dos transportes urbanos no dia 02 de janeiro de 2016, a aquisição dos 2 autocarros novos terá de ser concretizada ainda no decurso



Handwritten signature and a circular stamp containing the number 6.

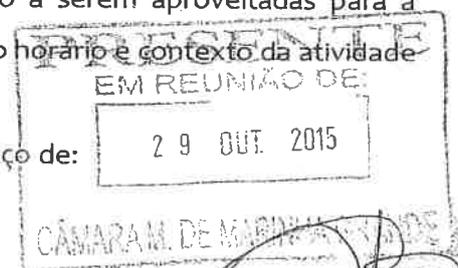
do presente ano, assim como a aquisição do equipamento de bilhética necessário para cada autocarro e o respetivo *software* de *BackOffice*.

Estacionamento

- A criação de uma zona de estacionamento gratuito com 108 lugares, resultado da reconversão do espaço da antiga fábrica de vidros J. Ferreira Custódio, oferecendo qualidade e proximidade dos locais mais procurados, fatores de atratividade por parte da população, traduziu-se numa diminuição da receita deste segmento de atividade. No entanto, a Tumg congratula-se pelo facto de serem dadas à população alternativas ao estacionamento onerado.
- Continua a ser intenção da Tumg proceder à requalificação do parque de estacionamento onerado localizado junto à Rua Machado Santos e à Travessa Marquês de Pombal, por forma a incrementar a sua qualidade e deste modo representar uma alternativa condigna ao estacionamento gratuito, medida esta que não se concretizou no decurso de 2015 devido à priorização do investimento nos transportes urbanos, através da aquisição de viaturas, investimento este que não estava inicialmente previsto.

Transportes Escolares

- O nível de prestação deste segmento de atividade será alterado em 2016, de acordo com as necessidades manifestadas pelo acionista.
- Em 2016, apenas uma viatura pertencente à frota da Tumg integrará este segmento de atividade, viatura esta de 57 lugares que garantirá o circuito de transporte escolar da Moita.
- As viaturas próprias anteriormente afetas aos transportes escolares serão afetas aos transportes urbanos, o que aumentará o valor da subcontratação deste segmento de atividade, sendo necessário o mesmo número de viaturas (6 para o Concelho da Marinha Grande, 1 para Vieira de Leiria e 1 para a Moita), no entanto, todas elas terão lotação de 55 lugares, de modo a serem aproveitadas para a realização de visitas de estudo, quando inseridas no horário e contexto da atividade escolar.
- Face ao exposto, continuaremos a assegurar o serviço de:



- Transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição dos alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico;
 - Transporte de alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico público entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino;
 - Transporte de alunos entre o seu estabelecimento de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar.
- À prestação de serviços a subcontratar serão incluídos os vigilantes, conforme estabelece a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, o que fará com que o encargo correspondente seja mais elevado.

Transportes Ocasionais

- Neste segmento de atividade, continuaremos a prestar serviço de transporte de passageiros, no âmbito de atividades e projetos de caráter educativo, cultural, social e desportivo, desenvolvidos ou apoiados pelo Município, dando deste modo resposta às necessidades de deslocação de várias instituições do Concelho da Marinha Grande.

Estão assim apresentados os principais objetivos estratégicos da empresa a curto prazo.

Continuaremos a desenvolver processos de melhoria do desempenho em todos os segmentos de atividade, perspetivando a melhoria contínua da eficiência.

Uma vez mais reiteramos a importância do cariz social do serviço prestado no âmbito dos transportes urbanos, razão pela qual e por indicação do Município, o tarifário permanecerá inalterado em 2016.

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.



Handwritten signature

Cálculo do Contrato-Programa para 2016 – Transporte Urbano de Passageiros

O valor do contrato-programa proposto para o transporte urbano de passageiros relativo ao ano de 2016, é de 440.832,57 € (quatrocentos e quarenta mil oitocentos e trinta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos), valor este que representa um aumento na ordem dos 4% em relação à proposta do ano anterior. Este valor resulta do seguinte:

O valor da subcontratação para o segmento dos TU para o ano de 2015, atingiu os 496.880,00 € (quatrocentos e noventa e seis mil oitocentos e oitenta euros), valor este que abrange a totalidade dos meios materiais e humanos e necessários à prestação do serviço:

- 8 autocarros + 1 de substituição
- 10 motoristas

Todas as despesas inerentes ao serviço:

- Combustível
- Conservação e reparação dos autocarros
- Custos com o pessoal
- Seguros

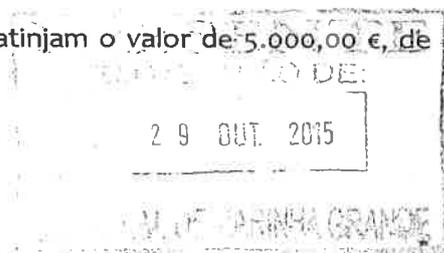
Ao afetar 2 dos minibus que atualmente dão apoio aos transportes escolares, aos transportes urbanos e ao adquirir 2 autocarros novos, será possível alcançar uma redução na ordem dos 44% da necessidade de subcontratação neste segmento de atividade.

Este modelo de gestão implicará os seguintes custos:

FSE

- Conservação e reparação dos autocarros
 - Estimamos um valor de 15% sobre o valor de aquisição para as viaturas novas – 23.850,00 €
- Combustíveis
 - Com base no histórico foi apurada a média mensal de consumo por autocarro – 1.100,00 €, num total de 52.800,00 € por ano para as 4 viaturas
- Seguros
 - Estimam-se que atinjam o valor de 5.000,00 €, de acordo com o histórico destes gastos

Gastos com o Pessoal



Handwritten signature and initials.

- Salários
 - Haverá necessidade de recrutar 3 motoristas, com salários-base na ordem dos 800,00 € mensais, acrescido do subsídio de alimentação, sendo o valor total estimado de remunerações/ano de 36.418,20 €
- Trabalho Suplementar
 - Com base no histórico, estimam-se em 8.369,39 €
- Encargos sobre remunerações
 - Corresponde a 23,75 % das remunerações – 8.649,32 €
- Seguros de Acidentes de Trabalho
 - Apurou-se calculando 1,25 % sobre o valor das remunerações – 455,23 €
- Outros gastos com pessoal
 - Estimam-se em 336,00 €, de acordo com o histórico da empresa para este tipo de gastos.

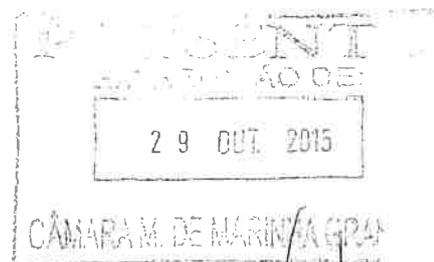
Nesta rúbrica incluem-se os custos da medicina no trabalho e ADSE.

Gastos de depreciação

- Para o investimento dos autocarros, no montante de 159.000,00 € é aplicada a taxa legal de 14,28% - 22.705,20 €
- Para o equipamento de bilhética no montante de 27.800,00 € é aplicada a taxa legal de 33,33% para o software (12.500,00 €) e 16,66% para o hardware (15.300,00 €) - 6.715,23 €

Segue-se mapa síntese:

IMPACTO DO INVESTIMENTO NO EXERCÍCIO DE 2016	
GASTOS	Orçamento 2016
FSE	81 650,00 €
Gastos com o pessoal	54 228,14 €
Gastos de depreciação/amortização	29 420,43 €
Outros Gastos e Perdas	
Gastos e perdas de financiamento	
Impostos sobre rendimento período	
TOTAL DOS GASTOS	165 298,57 €

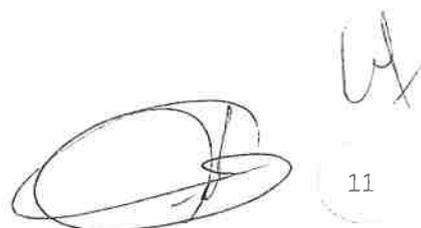
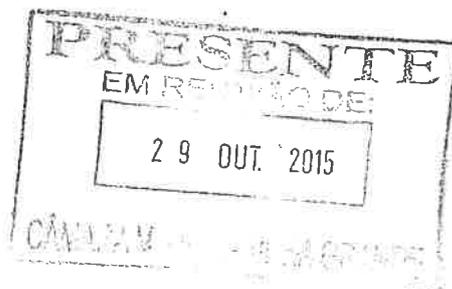


No que se refere às receitas próprias da atividade, o valor considerado é o que resulta do valor previsto à data de 31 de dezembro de 2015, com projeção da informação contabilística apurada em 30 de setembro de 2015.

Na medida em que os valores dos custos e proveitos de cada uma das linhas são distintos, dependendo dos recursos afetos a cada uma e da conseqüente procura, os gastos foram calculados a partir do sistema de contabilidade analítica da empresa, projetados à data de 31 de dezembro de 2015.

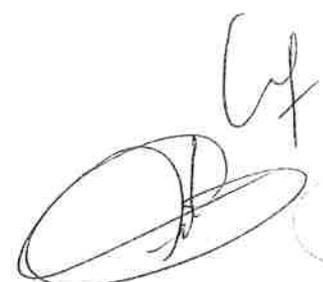
O valor do subsídio à exploração proposto para 2016, que nos permitirá fazer face aos custos da atividade de transportes urbanos de passageiros, resulta assim do valor estimado relativo à adjudicação do serviço para 2016, com redução de meios operacionais e da projeção de custos com a exploração direta da atividade na ordem dos 44%.

Em 2016 o tarifário permanecerá inalterado, o que acontece desde a implementação dos transportes urbanos na cidade da Marinha Grande. Importa ainda referir que uma grande parte dos nossos Utentes (jovens e idosos) usufrui de passes subvencionados. Com base nas premissas enunciadas, apresentamos o documento que se segue:



11

CÁLCULO DA INDEMNIZAÇÃO COMPENSATORIA	
	Orçamento 2016
Gastos Diretos	280 000,00
Valor Adjudicação Concurso 2016	
Transportes Urbanos	280 000,00 €
Outros Gastos	300.285,74 €
Valor Apurado sistema de Contabilidade Analítica	
Transportes Urbanos	
9230X61-Serviços Subcontratados	
9230X62- Serviços Diversos	122 749,25 €
9230X62- Gastos com pessoal	118 590,24 €
92301641 - Depreciações	58 670,51 €
92301681 - Impostos	205,53 €
92301688 - Outros	20,72 €
9230169 - Gastos Perdas Financeiras	49,49 €
1) GASTOS TOTAIS COM TRANSPORTES URBANOS	580 285,74 €
Proveitos próprios da Atividade	
Transportes Urbanos	
Bilhetes	59 292,29 €
Bilhetes a bordo	43 173,73 €
Bilhetes pré-comprados	16 118,56 €
Passes	76 615,75 €
Geral	27 477,33 €
Jovens	24 716,48 €
Seniores	23 124,31 €
Cartões	1 297,63 €
Outros	3 545,13 €
Publicidade	2 133,33 €
Outros	1 411,80 €
2) PROVEITOS COM TRANSPORTES URBANOS	139 453,17 €
3) INDEMNIZAÇÃO COMPENSATORIA (1 - 2)	440 832,57 €

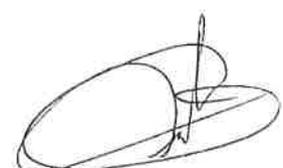



Instrumentos de Gestão Previsional

Seguidamente apresentamos os instrumentos de gestão previsional para o triénio 2016-2018, elaborados em conformidade com a Lei 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente nos termos do n.º1 do seu artigo 42.º e dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 12.º dos estatutos da Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM, Unipessoal S.A.

Assim, no respeito pela legalidade dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral os presentes instrumentos de gestão previsional, para discussão e votação.

- Orçamento Rendimentos 2016
- Orçamento Gastos 2016
- Plano Anual e Plurianual de Investimentos – 2016 - 2018
- Orçamento Anual de Exploração 2016-2018
- Orçamento Anual de Tesouraria 2016
- Balanço Previsional Plurianual 2016-2018



13

Pressupostos Gerais

O Banco de Portugal estima que o Produto Interno Bruto (PIB) para 2016 registará um crescimento de 1,6%, “o que configura um crescimento médio neste período ligeiramente superior ao projetado para a área do euro”, fruto da manutenção de um crescimento das exportações apontado na ordem dos 5%, situação que assegurará a dinâmica da economia portuguesa, “a par de uma recuperação da procura interna” e uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015-2016.

Em relação à inflação, o Banco de Portugal prevê “níveis reduzidos, já que deverão manter-se pressões descendentes sobre os preços ao nível interno e externo”.

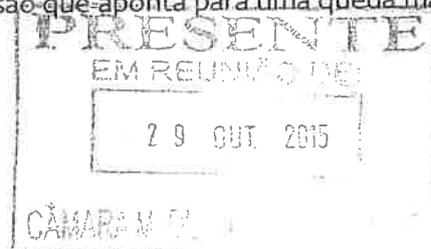
No que se refere ao setor privado “deverá registar um crescimento superior ao do PIB total”, devido à redução da atividade no setor público. Da mesma forma, tanto o setor de bens e serviços como o da construção terão uma aceleração e recuperação, respetivamente.

A OCDE manteve as previsões para Portugal relativas a 2015 mas, para 2016, espera mais crescimento e mais défice do que as suas últimas projeções.

De acordo com o “Economic Outlook”, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) reviu em alta as previsões para Portugal, esperando que a economia cresça 1,6% em 2015 (contra os 1,3% estimados em Novembro) e 1,8% em 2016 (acima dos 1,5% anteriormente previstos).

Já em relação às perspetivas para o défice orçamental de Portugal, a OCDE continua a esperar um défice de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, ligeiramente acima da previsão do Governo (de 2,7%), tendo agravado a estimativa para 2016, antecipando agora um défice de 2,8% no próximo ano (contra os 2,3% previstos em Novembro).

Quanto à dívida pública de Portugal, a OCDE prevê que a comece a cair este ano, passando dos 130,2% do PIB verificados em 2014 para os 127,7% este ano e caindo novamente para os 124,2% em 2016, uma previsão que aponta para uma queda mais acentuada da dívida do que a anteriormente estimada.



Handwritten signature and circular stamp with the number 14.

De acordo com o relatório apresentado, a OCDE refere que, apesar da recuperação prevista, vai persistir na economia portuguesa algum atraso, "uma vez que a taxa de desemprego vai continuar a cair apenas moderadamente", e defende que, tendo em conta que a recuperação económica será frágil, "é bem-vindo um ritmo de consolidação orçamental mais moderado".

Comparada com a Comissão Europeia e com o FMI, que temem que a retoma atual da economia portuguesa se deva essencialmente a fatores conjunturais e possa não ser sustentável, a OCDE acredita que "o crescimento se irá gradualmente fortalecer".

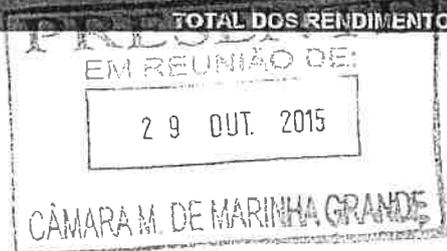
A Tumg prosseguirá uma política de racionalização de recursos. Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam, refletem essa preocupação: por um lado a redução de custos, por outro lado a objetivação do aumento da receita, numa projeção assente em dados realistas.

Os mapas previsionais foram elaborados com base nos valores acumulados da contabilidade geral e analítica do mês de setembro de 2015, projetados a 31 de dezembro de 2015.

Rendimentos

A nossa previsão para os rendimentos em 2016, situa-se nos 945.945,91 euros distribuído pelas seguintes rubricas:

RENDIMENTOS			
	Orçamento 2016	Orçamento 2015	Varição
Prestação de serviços	503 332,67 €	485 346,41 €	3.7%
Subsidio à exploração	440 832,57 €	423 216,81 €	4%
Outros rendimentos e ganhos	843,96 €	1 160,00 €	-27%
Juros dividendos e outros rendimentos similares	936,71 €	845,77 €	11%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	945 945,91 €	910 568,99 €	3.9%



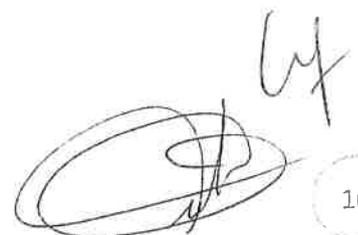
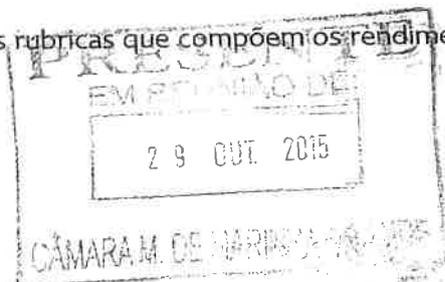

Comparativamente ao orçamento elaborado para 2015, o valor previsto dos rendimentos traduz um aumento na ordem dos 3.9%.

A receita proveniente da prestação de serviços foi calculada em função dos valores obtidos à data de 30 de setembro de 2015, projetados a 31 de dezembro de 2015, sendo previsível um aumento dos proveitos provenientes dos transportes escolares, que se situará nos 24% face ao valor inscrito no orçamento de 2015, atendendo à alteração do modelo de exploração.

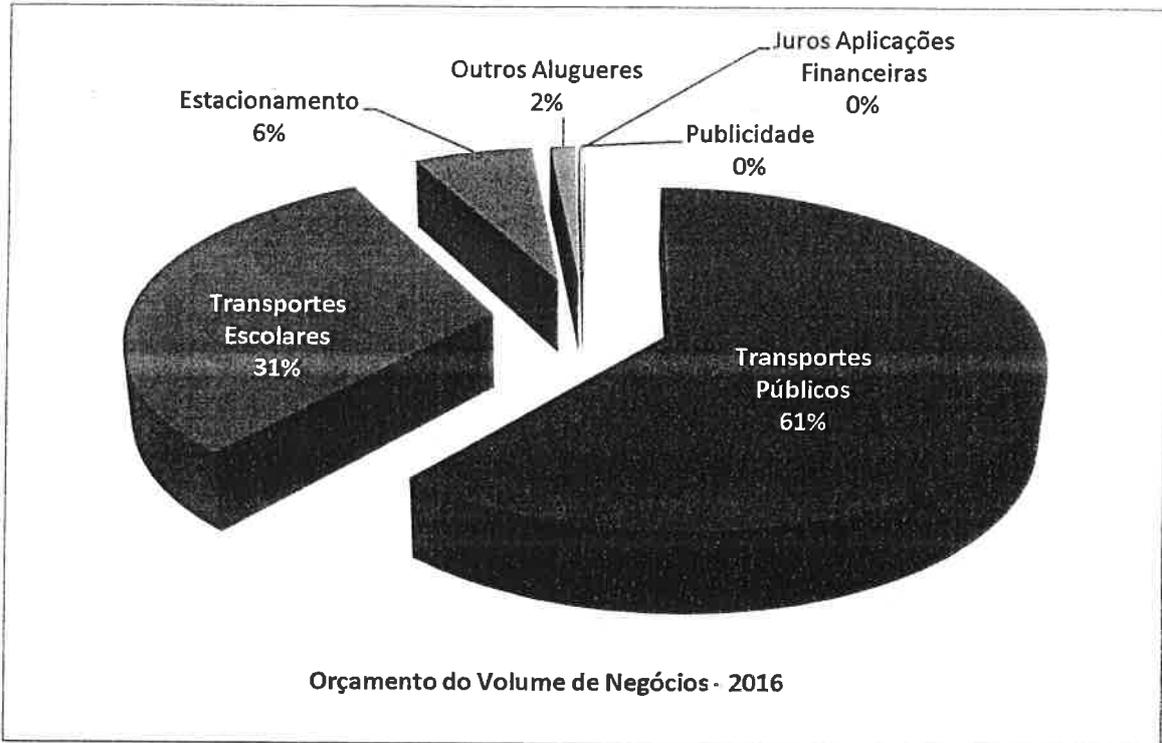
A previsão da distribuição dos rendimentos pelos segmentos de atividade da empresa, é conforme segue:

- Transportes públicos de passageiros: prevemos um valor total de 576.739,94 €, que resulta da soma do subsídio à exploração no valor de 440.832,57 € e dos proveitos próprios da atividade no montante de 135.907,37 €.
- Estacionamento: prevemos o valor de 58.776,64 €, correspondente ao ano completo de atividade, reflexo da tendencial diminuição da receita devido aos fatores já expostos.
- Transportes escolares: é expectável o valor de proveitos de 294.179,80 €.
- Transportes subsidiados pelo Município: Face ao histórico de 2015, prevemos uma receita de 4.459,80 € (menos 47% que o valor estimado no orçamento para o exercício de 2015).
- Transportes ocasionais: Considerámos a previsão de 7.875,73 €, reflexo de um aumento de 104%, face ao ano anterior, com base na mesma premissa.
- Prevemos ainda um rendimento de 2.133,33 € proveniente de receita obtida através de publicidade empresarial/institucional nos abrigos e autocarros afetos aos transportes urbanos e 936,71 € relativos a juros e outros rendimentos similares.

O peso relativo das diversas rubricas que compõem os rendimentos e réditos, fica deste modo distribuído:



Handwritten signature and initials.



Seguidamente apresenta-se o mapa discriminado dos rendimentos e réditos orçamentados para 2016, com comparação ao orçamento de 2015.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
29 OUT. 2015
COMISSÃO DE MARINHA GRANDE

RENDIMENTOS		
	Orçamento 2016	Orçamento 2015
Prestação de serviços	503 332,67 €	485 346,41 €
Transportes passageiros	306 515,33 €	250 350,23 €
Aluguer subsidiado 50%	4 459,80 €	8 421,77 €
Transportes escolares e outros	294 179,80 €	238 059,77 €
Transportes ocasionais	7 875,73 €	3 868,69 €
Transportes urbanos de passageiros	135 907,37 €	171 403,23 €
Bilhetes	59 292,29 €	77 861,46 €
Bilhetes a bordo	43 173,73 €	56 668,81 €
Bilhetes pré-comprados	16 118,56 €	21 192,65 €
Passes	76 615,08 €	93 541,77 €
Geral	27 477,33 €	35 047,43 €
Jovens	24 716,48 €	30 280,96 €
Seniores	23 124,31 €	26 214,72 €
Cartões	1 296,96 €	1 998,66 €
Estacionamento	58 776,64 €	63 592,95 €
Bilhetes	58 776,64 €	63 592,95 €
Subsidio à exploração	440 832,57 €	423 216,81 €
Contrato de gestão	440 832,57 €	423 216,81 €
Outros rendimentos e ganhos	2 977,29 €	1 160,00 €
Publicidade	2 133,33 €	1 160,00 €
Outros	843,96 €	- €
Juros dividendos e outros rendimentos similares	936,71 €	845,77 €
Juros de aplicações financeiras	936,71 €	845,77 €
TOTAL DOS RENDIMENTOS	945 945,91 €	910 568,99 €
% da Indemnização compensatória/Rendimentos Totais	47%	46%

Gastos

Relativamente aos gastos, a previsão para 2016, assenta nos mesmos critérios de prudência e na continuação de adoção de políticas de gestão que se traduzem na simplificação, rigor e transparência.

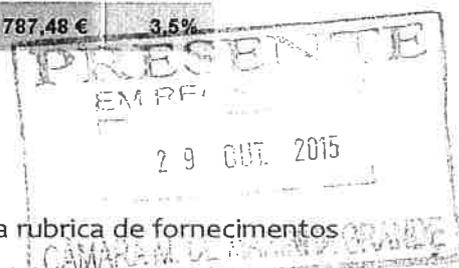



Ao contrário dos rendimentos e réditos, o passivo e os custos apresentados não resultaram de uma quantificação por defeito.

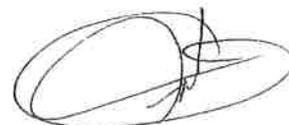
O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2016 e 2015, e respetivos desvios. Da análise do quadro, constata-se um aumento de gastos na ordem dos 3,5%, relativamente ao ano anterior, devido ao facto de algumas rúbricas sofrerem um aumento devido à alteração do modelo de gestão dos transportes urbanos, tal como anteriormente explicitado: Fornecimentos e serviços externos (Conservação e reparação dos autocarros, combustíveis, seguros), gastos com o pessoal (salários, trabalho suplementar, encargos sobre remunerações, seguros de acidentes de trabalho e outros gastos com pessoal) e gastos de depreciação.

Tal como anteriormente referido, as depreciações e amortizações do investimento previsto para final do exercício em curso, designadamente para aquisição dos 2 autocarros e do equipamento de bilhética, foram consideradas no exercício de 2016, na medida em que só entram em funcionamento efetivo no dia 02 de janeiro de 2016.

GASTOS	Orçamento	Orçamento	Desvio
	2016	2015	
FSE	688.395,38 €	740.455,34 €	-7%
Gastos com o pessoal	183.293,19 €	126.006,90 €	45%
Gastos de depreciação/amortização	68.091,27 €	42.437,21 €	66%
Outros Gastos e Perdas	270,41 €	307,29 €	-12%
Gastos e perdas de financiamento	85,09 €	347,30 €	-75%
Impostos sobre rendimento período	1.220,22 €	233,44 €	418%
TOTAL DOS GASTOS	941.355,56 €	909.787,48 €	3,5%



A totalidade dos gastos perfaz o valor de 941.355,56 €, sendo a rubrica de fornecimentos e serviços externos a de maior relevância orçamental, na medida em que inclui o valor dos subcontratos, designadamente o que se refere aos transportes urbanos. A rubrica de transportes públicos, com um valor estimado de 280.000,00 €, corresponde aos gastos



do período completo, com a atividade de transportes urbanos, resultante da alteração do modelo de gestão, em que pela 1ª vez a Tumg também operará com meios próprios.

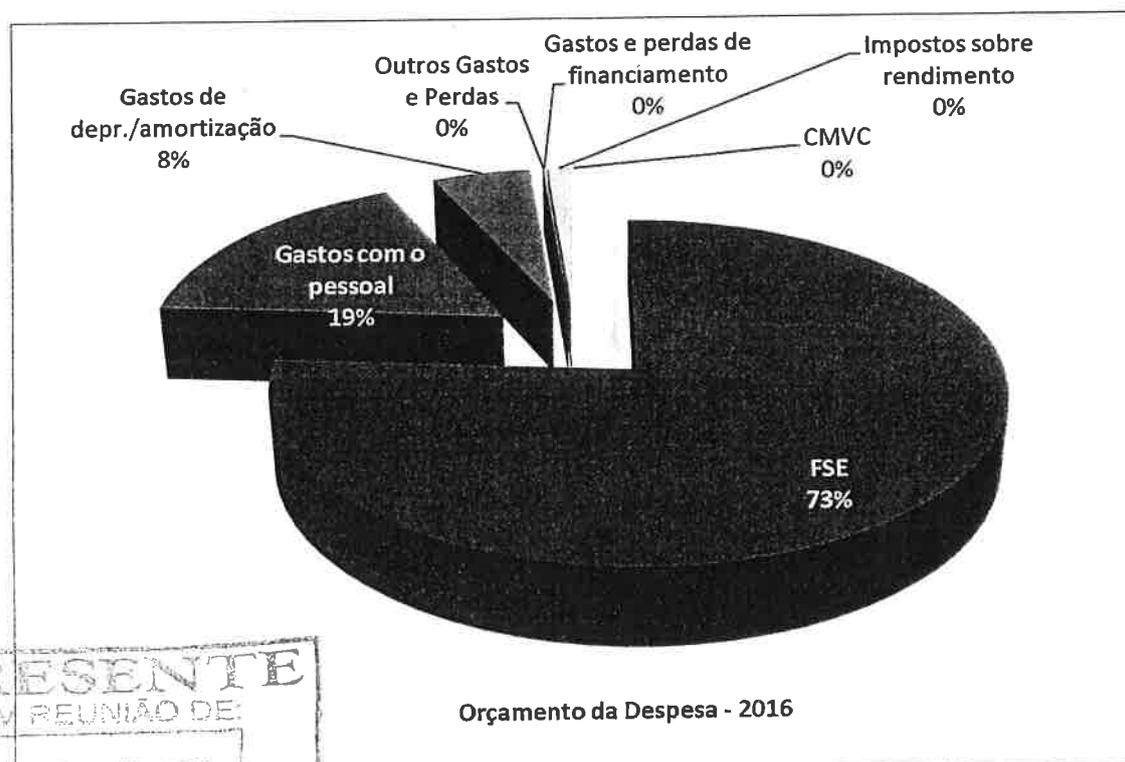
Globalmente, os fornecimentos e serviços externos previstos para 2016, refletem uma redução de 7% face ao orçamento do ano transato.

No que diz respeito às restantes despesas, as variações, a acontecer, representam na sua maioria reduções relativamente ao previsto para 2015, atendendo à política de contenção de custos seguida.

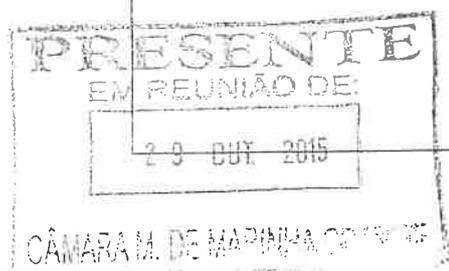
A orçamentação das remunerações com pessoal contempla o recrutamento de 3 motoristas, cujos encargos totais foram calculados por comparação aos valores atualmente existentes para os motoristas que já integram o nosso mapa de pessoal.

Importa salvaguardar aqui a imprevisibilidade no que se refere às consequências da legislação em matéria de gastos com o pessoal, designadamente quanto às restrições salariais impostas em sede de orçamento de estado para 2016. Os cálculos foram efetuados de acordo com a legislação em vigor em 2015.

A seguir apresenta-se um gráfico com o peso relativo das diversas rubricas de gastos.



Orçamento da Despesa - 2016




Seguidamente apresenta-se o mapa discriminado dos gastos orçamentados para 2016, com comparação ao orçamento de 2015.

GASTOS		
	Orçamento 2016	Orçamento 2015
Fornecimentos e serviços externos	688 395,38 €	740 455,34 €
Subcontratos	509 119,01 €	628 349,92 €
Transportes Públicos	280 000,00 €	500 000,00 €
Outros alugueres	19 119,01 €	25 792,92 €
Transportes Escolares	210 000,00 €	102 557,00 €
Serviços especializados	76 180,70 €	64 229,07 €
Trabalhos especializados	4 930,64 €	4 201,60 €
Honorários	13 200,00 €	11 200,00 €
Publicidade e propaganda	9 332,91 €	6 150,00 €
Vigilância e segurança	8 861,27 €	10 861,81 €
Conservação e reparação	39 384,08 €	31 030,65 €
Serviços bancários	371,80 €	319,48 €
Outros	100,00 €	465,53 €
Materiais	5 503,33 €	4 597,41 €
Ferramentas e Utensílios	60,12 €	18,20 €
Livros e documentação técnica	86,67 €	961,60 €
Material de escritório	5 275,21 €	3 554,72 €
Artigos para oferta	81,33 €	62,89 €
Energia e fluidos	77 825,54 €	27 688,38 €
Eletricidade	2 445,87 €	2 669,91 €
Combustíveis	74 989,87 €	24 144,24 €
Água	389,80 €	874,23 €
Deslocações estadas e transportes	941,09 €	728,85 €
Deslocações e estadas	941,09 €	728,85 €
Comunicação	1 987,53 €	2 446,21 €
Telefones, correio telemóveis	1 987,53 €	2 446,21 €
Seguros	14 718,11 €	9 712,25 €
Responsabilidade civil	14 718,11 €	9 712,25 €
Contencioso e notariado	670,96 €	1 422,96 €
Despesas de representação		
Limpeza higiene e conforto	1 449,11 €	1 280,29 €
Gastos com o pessoal	183 293,19 €	126 006,90 €
Remunerações órgão sociais e pessoal	146 192,07 €	99 691,15 €
Encargos sobre remunerações	32 266,43 €	20 726,51 €
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 449,42 €	2 595,40 €
Outros gastos com o pessoal	1 385,27 €	2 993,84 €
Gastos de depreciação e de amortização	68 091,27 €	42 437,21 €
Edifício, Equipamento Básico e Administrativo	68 091,27 €	42 437,21 €
Outros Gastos e Perdas	270,41 €	307,29 €
Outros	270,41 €	307,29 €
Gastos e perdas de financiamento	85,09 €	347,30 €

Juros suportados	85,09 €	347,30 €
Impostos sobre o rendimento do período	1 220,22 €	233,44 €
IRC	1 220,22 €	233,44 €
TOTAL DOS GASTOS	941 355,56 €	909 787,48 €

Gastos:

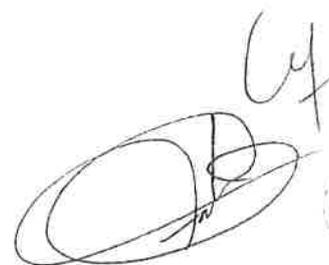
O valor dos Fornecimentos e serviços externos foi estimado com base nos valores projetados a 30 de dezembro de 2015, à exceção das seguintes rubricas que foram calculadas com base na atividade operacional prevista para 2016:

- Subcontratos

Incluem os custos diretos dos transportes urbanos e escolares, atentas as necessidades previstas para 2016, designadamente no que se refere à reafetação dos meios operacionais, com base no valor do contrato adjudicado em 2015.

Quanto aos transportes escolares, o valor estimado prevê a utilização de viaturas com lotação igual ou superior a 50 lugares, com inclusão do serviço dos vigilantes.

- Conservação e reparação dos autocarros
- Combustíveis
- Seguros
- Gastos com o pessoal (salários, trabalho suplementar, encargos sobre remunerações, seguros de acidentes de trabalho e outros gastos com pessoal)
- Gastos de depreciação/amortizações.

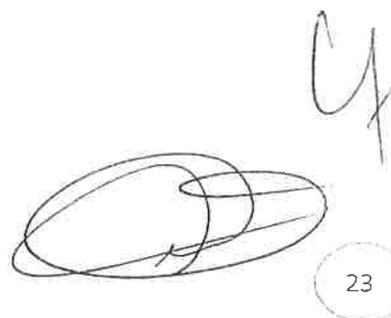



Plano Anual e Plurianual de Investimentos – 2016 - 2018

Não estão previstos investimentos para o exercício de 2016. Este será o ano de consolidação das alterações e investimentos efetuados no decurso de 2015.

Orçamento de Exploração Plurianual – 2016-2018

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		
	Orçamento 2016	Orçamento 2015
Vendas e serviços prestados	503 332,67 €	485 346,41 €
Subsídios à exploração	440 832,57 €	423 216,81 €
Fornecimentos e serviços externos	- 688 395,38 €	- 740 455,35 €
Gastos com pessoal	- 183 293,19 €	- 126 006,90 €
Outros rendimentos e ganhos	843,96 €	1 160,00 €
Outros gastos e perdas	- 270,41 €	- 307,29 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	73 050,24 €	42 953,68 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 68 091,27 €	- 42 437,21 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 958,97 €	516,47 €
Juros e rendimentos similares obtidos	936,71 €	845,77 €
Juros e gastos similares suportados	- 85,09 €	- 347,30 €
Resultado antes de impostos	5 810,59 €	1 014,94 €
Impostos sobre o rendimento do período	- 1 220,22 €	- 233,44 €
Resultado líquido do período	4 590,35 €	781,50 €

Handwritten signature and initials.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
	Orçamento 2016	Orçamento 2017	Orçamento 2018
Vendas e serviços prestados	503 332,67 €	508 366,01 €	513 449,67 €
Subsídios à exploração	440 832,57 €	418 790,94 €	397 851,39 €
Fornecimentos e serviços externos	- 688 395,38 €	- 653 975,60 €	- 621 276,82 €
Gastos com pessoal	- 183 293,19 €	- 183 293,19 €	- 183 293,19 €
Outros rendimentos e ganhos	843,96 €	843,96 €	843,96 €
Outros gastos e perdas	- 270,41 €	- 270,41 €	- 270,41 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	73 050,24 €	90 461,71 €	107 304,60 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 68 091,27 €	- 64 918,90 €	- 64 220,40 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 958,97 €	25 542,81 €	43 084,20 €
Juros e rendimentos similares obtidos	936,71 €	936,71 €	936,71 €
Juros e gastos similares suportados	- 85,09 €	- 50,00 €	- 50,00 €
Resultado antes de impostos	5 810,59 €	26 429,52 €	43 970,91 €
Impostos sobre o rendimento do período	- 1 220,22 €	- 5 550,20 €	- 9 233,89 €
Resultado líquido do período	4 590,35 €	20 879,32 €	34 737,02 €

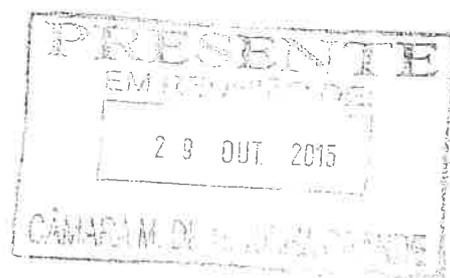
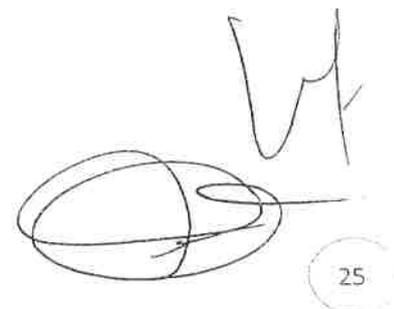
O Orçamento plurianual de exploração (2016/2018) foi obtido com base nas seguintes premissas:

- Subsídio à exploração: redução de 5% ao ano
- FSE: redução de 5% ao ano
- Valores correntes, utilizando uma taxa de inflação de 1%;
- Gastos com pessoal e outros custos operacionais: valores constantes;
- IRC: 21% dos resultados antes de impostos.



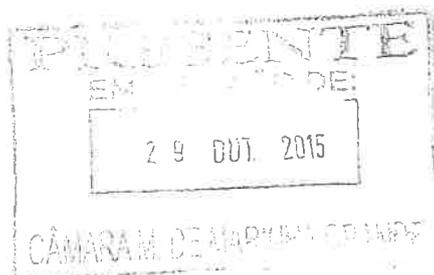

Orçamento Anual de Tesouraria – 2016

RUBRICAS	Previsão 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto	
Recebimentos de clientes	1 005 684,65 €
Pagamentos a fornecedores	-856 232,48 €
Pagamentos ao pessoal	-177 729,65 €
Caixa gerada pelas operações	-28 277,41 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-76 781,25 €
Outros recebimentos/pagamentos	646,29 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-104 412,43 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-226 074,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-226 074,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-2 539,67 €
Juros e dividendos	-65,09 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-2 604,76 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-333 091,19 €
Efeito das variações de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	419 459,40 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	86 368,21 €

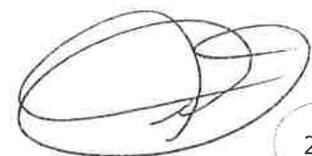



Balanço Previsional Plurianual – 2016-2018

Rubricas	2016	2017	2018
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	467 153,26 €	402 234,38 €	338 013,99 €
Ativos intangíveis	- €	- €	- €
	467 153,26 €	402 234,38 €	338 013,99 €
Ativo corrente			
Clientes	167 136,93 €	192 207,47 €	221 038,59 €
Estado e outros entes públicos	66 928,14 €	66 928,14 €	66 928,14 €
Outras contas a Receber	69 802,10 €	69 348,10 €	65 209,10 €
Caixa e depósitos bancários	86 368,21 €	142 797,16 €	213 260,28 €
	390 235,38 €	471 280,87 €	566 436,11 €
Total do Ativo	857 388,64 €	873 515,25 €	904 450,10 €
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	338 000,00 €	338 000,00 €	338 000,00 €
Reservas legais	36 477,25 €	36 706,77 €	37 750,73 €
Resultados transitados	306 807,48 €	311 168,32 €	331 003,67 €
	681 284,73 €	685 875,09 €	706 754,40 €
Resultado líquido do período	4 590,36 €	20 879,32 €	34 737,02 €
Total do capital próprio	685 875,09 €	706 754,41 €	741 491,42 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	147 750,01 €	147 750,01 €	147 750,01 €
Estado e outros entes públicos	23 763,54 €	19 010,83 €	15 208,67 €
	171 513,55 €	166 760,84 €	162 958,68 €
Total do Passivo	171 513,55 €	166 760,84 €	162 958,68 €
Total do capital próprio e do passivo	857 388,64 €	873 515,25 €	904 450,10 €



 PRESENTE
 EM 29 OUT. 2015
 CAMARA DE MARINHA GRANDE



Conclusão

Globalmente prevemos rendimentos e réditos num total de 945.945,91 € e gastos num total de 941.355,56 €, originando um resultado de 4.590,35 €.

A nossa preocupação continuará a ser a prossecução de uma gestão de rigor do património coletivo, visando a satisfação das necessidades de mobilidade e acessibilidade dentro do espaço urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

Aprovado em Conselho de Administração em reunião de 19 de Outubro de 2015

Conselho de Administração

Presidente

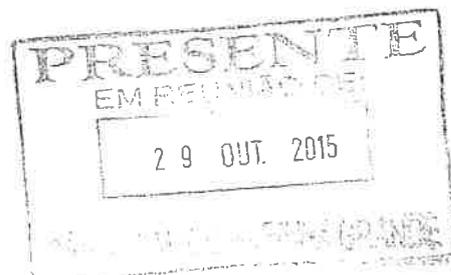


Paulo Jorge Campos Vicente

Vogal



Maria de Fátima Malessa Cardoso





PARECER SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução:

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º 50/2012 em 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25/08 e pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2016, da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM unipessoal, SA, consistindo, nos planos de actividades anuais e plurianuais, orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com a autarquia local, planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento.

Responsabilidades:

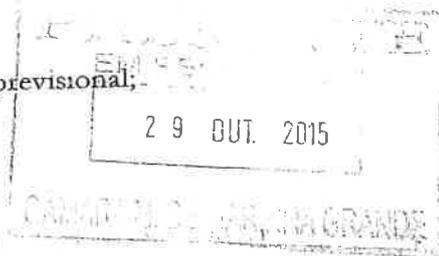
2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

1

Âmbito:

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;





JOÃO CRUZ
SOCIETY OF ACCOUNTANTS

- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
- 5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer:

7. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

8. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Marinha Grande, 26 de Outubro de 2015

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda
SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz ROC n.º 1228

